

Apresentação

Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil

Clarice Rios

Antropóloga independente - Brasil

Éverton Luís Pereira

Universidade de Brasília - Brasil

Nádia Meinerz

Universidade Federal de Alagoas - Brasil

As disputas em torno do conceito de deficiência mobilizam diferentes campos do conhecimento e movimentam a arena política nacional e internacionalmente. Teorias oriundas de diferentes saberes científicos, discursos de movimentos sociais, formas locais de definir e categorizar pessoas com deficiência e leis e regulamentações compõem algumas das grandes narrativas em uso no cenário social e político.

Sem dúvida, a disputa mais conhecida e candente é aquela entre o modelo biomédico e o modelo social da deficiência. A tensão provocada entre os impedimentos corporais como determinantes na classificação da deficiência – apresentando o conhecimento biológico e médico como preponderante em suas definições – ou os contextos socioculturais como produtores das deficiências é a força motriz de um conjunto de estudos, desde as ciências da saúde até a antropologia.

Além dos embates conceituais entre os modelos biomédico e social, os tratados internacionais e as leis nacionais auxiliam na configuração das rotas pelas quais os estudiosos da deficiência nos diferentes campos têm caminhado. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), apenas para citar algumas das mais importantes no Brasil, alteram o tom do debate e inserem a voz legal e normativa nas definições de deficiência. Se o embate entre o modelo biomédico e o social ganha contornos particulares na academia, as normativas atravessam o debate e definem categoricamente o que é deficiência.

Colin Barnes e Michel Oliver (1993) são enfáticos em afirmar que a deficiência é um fenômeno sociológico e que foi historicamente negligenciado pelos sociólogos. Os autores argumentam nesse sentido por acreditarem que são os contextos

socioculturais que irão impossibilitar que determinados indivíduos com impedimento vivam suas vidas em igualdade de condições. São eles, também, que auxiliam na consolidação do modelo social da deficiência e que impulsionam um conjunto de estudos sociológicos na temática. A mirada dos autores é um processo avaliativo sobre a construção de uma agenda de pesquisas na sociologia, mas também uma reflexão sobre a necessidade de ampliar o debate da deficiência para além dos conhecimentos que historicamente detiveram a hegemonia na temática.

Na antropologia, a deficiência também não foi um objeto clássico de reflexão. Reid-Cunningham (2009) argumenta que as pesquisas antropológicas constantemente se referiram à deficiência. Para esta afirmação, realiza uma imersão em estudos consolidados para demonstrar como a temática apareceu inclusive em estudos de antropólogos renomados (o estudo de 1934 de Ruth Benedict sobre epilepsia e de Margaret Mead sobre natureza humana de 1953). Entretanto, a autora ressalta que as mudanças significativas ocorreram apenas após a década de 1970 com o nascimento do campo dos estudos da deficiência.

Uma contribuição decisiva para emergência da deficiência como temática de pesquisa antropológica pode ser localizada nas publicações de Débora Diniz (2003; 2007), que divulgam em língua portuguesa uma leitura sociocultural para um fenômeno até então apreendido exclusivamente em termos biomédicos. Além disso, ela demonstra, através da discussão sobre autonomia reprodutiva entre casais surdos, o modo enigmático e ao mesmo tempo ordinário que a experiência da deficiência se oferece ao pensamento antropológico. Não por acaso, os primeiros investimentos em profundidade vão abordar e tensionar justamente a noção de uma “cultura surda” (SILVA, 2010/2012; GEDIEL, 2010; PEREIRA, 2013) e os desdobramentos desse tipo de leitura para discussões mais gerais sobre corpo, gênero e sexualidade (MEINERZ, 2010; MELLO; NUREMBERG, 2012). Mais do que iniciativas pontuais, esses trabalhos apontam para o florescimento de novos questionamentos no interior e nas circulações de estudantes por entre linhas de pesquisa mais consolidadas no cenário nacional, como a antropologia do corpo e/ou da saúde, a antropologia urbana e/ou pesquisas sobre as cidades, e os estudos de gênero e sexualidade. Nesse sentido, além de identificar estudos pioneiros, é importante apontar o ambiente acadêmico no qual eles se desenvolveram. A pesquisa de Correa (2008), que apresenta narrativa de homens sobre a “perda da visão”, é emblemática por percorrer um caminho à margem da penetração dos *disability studies* no país, partindo das questões articuladas na sociologia das emoções, passando pela problematização

sobre o visual na antropologia, chegando até a cidade como cenário do seu encontro intersubjetivo com a cegueira.

Outro marco importante é a organização de atividades sobre deficiência nas principais reuniões científicas da área. O grupo de trabalho intitulado “Etnografias da Deficiência”, sob a organização de Adriana Dias e Débora Diniz (ABA, 2014), inaugura em 2014 uma série de iniciativas de aproximação entre os pesquisadores (especialmente antropólogos em formação, mas também pesquisadores de outras áreas) de diferentes regiões do país para composição de um debate coletivo. A continuidade dessa atividade nas edições subsequentes do evento, a sua expansão para outras reuniões¹ assim como a proliferação de mesas redondas, oficinas, minicursos revelam um crescente fluxo de pesquisas que já transborda as fronteiras da antropologia através do diálogo interdisciplinar com áreas como a saúde coletiva, a linguística, a educação, o direito e o serviço social.

O dossiê *Antropologias e Deficiências* foi construído por meio de uma chamada pública amplamente divulgada entre a comunidade antropológica. Os dezenove artigos recebidos estabeleceram diálogos entre a deficiência e campos consolidados da antropologia. Desses, foram selecionados seis para compor o conjunto de trabalhos apresentados. A intensidade dos debates promovidos e a grande demanda nos mostram a efervescência do campo e a importância de se estimular a discussão sobre deficiência na antropologia, seja por meio de eventos, grupos de trabalhos, mesas redondas, disciplinas na graduação e pós-graduação, livros ou ainda, a produção de outros dossiês.

Além de elaborações inéditas, resultados de pesquisas recentemente concluídas ou ainda em andamento, os artigos que compõem este dossiê são parte de uma intensa e absorvente movimentação na antropologia brasileira em relação à problemática da deficiência. Não devem, portanto, ser pensadas como contribuições isoladas e sim como amostras de um engajamento mais amplo de jovens antropólogos na construção de uma agenda autônoma de pesquisa. Além disso, é importante destacar que esse interesse articula um engajamento com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e com a proposição de demandas e ações de acessibilidade no interior das associações profissionais e das suas instituições de ensino. É o caso, por exemplo, de uma série de pesquisas que acompanharam os desdobramentos da aprovação da chamada Lei Berenice Piana, ou Lei no 12.764/2012, que reconhece os autistas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais (NUNES, 2014; RIOS; COSTA ANDRADA, 2015; COSTA ANDRADA, 2017).

A articulação dos debates teóricos sobre deficiência e os embates políticos do tema são constantemente reiterados neste campo de estudos. A interlocução entre a produção na antropologia e em outras ciências aponta a tônica dos trabalhos que versam sobre a temática. No presente dossiê, os artigos estabelecem pelo menos três eixos de reflexão importantes: deficiência como categoria relacional; deficiência como categoria diagnóstica e jurídica; e a contribuição da antropologia para a superação do paradigma clássico da normalização.

Deficiência como uma categoria relacional

Em seu artigo de revisão sobre o campo da deficiência na tradicional revista norte-americana *Annual Review of Anthropology*, Ginsburg e Rapp (2013) afirmam que a “deficiência é uma categoria profundamente relacional” (p. 4.2). Além de sugerir a contraposição de uma abordagem relacional acerca da deficiência a um modelo classificatório fixo e engessado produzido pelo saber biomédico, o chamado “modelo médico da deficiência”, as autoras afirmam também que “o que conta como lesão em contextos socioculturais diferentes é altamente variável”²² (id., p. 4.2). Ainda que proponham pensar a deficiência como uma “categoria relacional”, as autoras parecem atribuir sua variabilidade à diversidade de contextos socioculturais e ao modo como a lesão é definida em diferentes contextos culturais. A perspectiva é bastante conhecida e articula, em certo sentido, a lógica do chamado “modelo social da deficiência”. Entretanto, mais do que descrever um modo de pensar a deficiência, há o perigo de aqui acabarmos por subsumir sob categorias abstratas e gerais como “contexto sociocultural”, o complexo jogo de forças capaz de fazer a deficiência existir, seja como categoria teórica, experiência individual e coletiva, seja como categoria política.

Assim, se é verdade que contextos socioculturais diversos fazem variar as interações entre “pessoas com uma lesão e seu meio social” (loc. cit.), não é menos verdade que os modos como as pessoas com uma lesão se apropriam dos recursos e limitações colocados por seu meio social também produzem interações diversas, podendo inclusive afetar e transformar o próprio meio social. Mais que isso, não são apenas os contextos socioculturais que determinam o que “conta como lesão”, mas, acima de tudo, os contextos políticos.

É levando em conta esse complexo jogo de forças, e não apenas variações de “contextos socioculturais”, que se justifica a iniciativa de produzir, desde o ponto de vista sócio-historicamente situado, um dossiê como este. Partindo de uma reflexão

antropológica acerca do campo dos estudos sobre a deficiência no Brasil, os dois primeiros artigos que compõem este dossiê consolidam uma perspectiva relacional da deficiência ao descrever os jogos de forças que dão contornos específicos à deficiência em diferentes contextos socioculturais.

No artigo de Mello e Gavério – “*Facts of Cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film*” –, os autores apresentam a teoria *crip*, usando-a como ponto de partida para abordar questões importantes do campo da deficiência. A instabilidade conceitual e fenomenológica da deficiência é abordada a partir da crítica à tradicional lógica binária da capacidade/deficiência (*ability/disability*) e de uma reflexão acerca do potencial analítico e interseccional de uma epistemologia aleijada. O material etnográfico apresentado inclui a análise crítica de um filme de James Cameron (*Avatar*) e a experiência dos dois autores, não só pessoal como também acadêmica. Fica claro, a partir do material apresentado, que uma epistemologia aleijada não pode prescindir de uma reflexão acerca das relações de poder que atravessam o campo da deficiência – seja em função da heterogeneidade das lesões/impedimentos corporais, das experiências interseccionais e relacionais de cada um, ou mesmo das instituições acadêmicas a partir das quais os autores pesquisam e pensam a deficiência. Neste sentido, não é por acaso que a teoria *crip* segue uma lógica semelhante à teoria queer – apropriar-se de um termo derogatório para designar a deficiência (*crippled*, traduzido pelos autores como “aleijado”) com o propósito de subverter a relação de forças que nele se inscreve.

O artigo de Lopes – “Deficiência como categoria analítica: trânsitos entre ser, estar e se tornar” – também revisita o conceito de deficiência, propondo uma discussão acerca de seu potencial analítico para a antropologia. Para tal, Lopes destaca a importância de ir além de uma lógica identitária engessada e restritiva na compreensão da deficiência, em favor de uma abordagem mais processual e corporificada, onde a deficiência se coloca como “uma experiência humana universal e não somente uma particularidade de um grupo minoritário” (p. 16). Do ponto de vista antropológico, algumas implicações interessantes decorrem desse argumento. A categoria *deficiência* deixa de ser restrita aos corpos das pessoas com deficiência, passando a designar um “sistema de nomeação da diferença como um todo” e não somente o polo negativo de um sistema hierarquizado de classificação. Questiona-se também a cisão natureza/cultura implícita no binômio lesão/deficiência (*impairment/disability*) que, na formulação original do modelo social da deficiência, pretende subsumir a experiência corporificada da deficiência ao fenômeno de

exclusão social das pessoas com configurações corporais e funcionais diversas. Tal cisão coloca o risco de uma “culturalização da diferença corporal” (p. 14), que se manifesta claramente na retórica e política da identidade. Mas se por um lado, as identidades pós-modernassão tidas como complexas, situadas, interseccionais e socialmente construídas, também é verdade que as identidades associadas a algum tipo de traço corporal são muito menos maleáveis e contingentes (DAVIS, 2013). Assim, reduzir a experiência da deficiência meramente ao registro identitário, à condição de “agregador político” (p. 20), é também desprovê-la de sua radicalidade e universalidade. Trata-se, nos termos utilizados por Lopes, de pensar a deficiência não apenas como um marcador social que incide sobre corpos “desviantes” e “disfuncionais”, mas como uma

categoria analítica que interpela também os corpos que não nomeia (...) que pode nos ajudar a nomear a desigual variedade de formas, funcionalidades e experiências corporais que vivemos, ou, ainda, a desigual variedade das relações sociais que atribuímos a formas, funcionalidades e experiências corporais – sejam elas marcadas ou não pela categoria pessoa com deficiência (p. 22).

No argumento desenvolvido por Lopes, e também por Mello e Gavério, o corpo nunca é tomado simplesmente como objeto, mas a partir da experiência corporificada de ser e estar no mundo. Os argumentos desenvolvidos por esses autores caminham no sentido de deslocar a deficiência da condição de experiência corporal substantiva pautada exclusivamente pela negatividade e ausência, para uma corporeidade experimentada em toda sua transitividade – seja na forma de acoplamentos materiais como cadeiras de rodas e implantes cocleares mencionados no artigo de Mello e Gavério, seja nas relações intersubjetivas descritas por Lopes, ou nos processos de transformação ou devir corporais descritos em ambos os artigos.

Deficiência como uma categoria diagnóstica e jurídica

Para além das discussões conceituais apresentadas no artigo de Mello e Gavério e no de Lopes, observamos nos artigos de Aydos e Simões a relação entre políticas públicas calcadas em classificações biomédicas da deficiência e os dilemas colocados por políticas de cunho identitário. O artigo de Aydos – “A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho” – trata da construção social do diagnóstico

do autismo ao etnografar um projeto de implementação da política de cotas para pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul. Em sua etnografia, acompanhou dois rapazes com um diagnóstico de autismo que ingressaram em empresas através desse projeto. Embora o artigo faça menção a profissionais da área de saúde e ao processo diagnóstico, sua etnografia deixa claro que se por um lado cabe a esses profissionais o poder de conferir diagnósticos e garantir o acesso a direitos, os contornos do autismo extrapolam, em muito, a esfera da saúde. Entretanto, como a entrada nas empresas se faz a partir de políticas de cunho identitário, é nesse momento que as ambivalências inerentes ao autismo enquanto identidade diagnóstica se tornam mais evidentes. Antes de tudo, porque um dos jovens que Aydos acompanha, recusa esse diagnóstico, ainda que se veja imbricado em uma rede de relações composta por especialistas e colegas de trabalho que o acolhe a partir do diagnóstico. Afinal, se o autismo é mais do que um simples diagnóstico psiquiátrico e passou a ser, cada vez mais, uma marca identitária, é preciso considerar também a possibilidade do sujeito não se deixar interpelar por essa identidade (a esse respeito, ver VALTELLINA, 2018). Além disso, segundo Aydos, o autismo é “visto pelos especialistas como um diagnóstico obscuro, fluido e dinâmico” (p. 3). A falta de um “biomarcador” ou uma “marca corporal” tornaria o autismo uma categoria especialmente perigosa para a lógica identitária que subjaz às políticas de cota no mercado de trabalho. Parece-nos, entretanto, que a questão se coloca para além da existência ou não de biomarcadores. Se a positividade de um diagnóstico de autismo se constrói a partir de ausências e déficits na sociabilidade e comunicação (sejam eles atribuídos a biomarcadores ou não), como colocar de fato em prática uma política de inclusão sem negar sua premissa básica, qual seja, que o sujeito em questão não tem suficiente capacidade para se comunicar e se socializar no meio laboral? Assim, na política de inclusão no mercado de trabalho não parece haver horizonte possível para uma visada relacional do autismo como deficiência situar o autismo no campo da deficiência é impossibilitar o processo de inclusão na prática, e retirar o autismo do campo da deficiência é impossibilitar sequer a oportunidade de inclusão. A solução para tal impasse aparece numa equação simples, enunciada por seus informantes “[as empresas] não contratam pessoas, elas contratam deficiências”.

O artigo de Simões— “Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual”—, por sua vez, envereda de modo mais explícito pelo aspecto interseccional da produção da deficiência, trazendo para a discussão a agenda dos

direitos sexuais e reprodutivos. Em sua pesquisa, a experiência da deficiência intelectual é narrada a partir da participação do etnógrafo nas discussões de uma equipe multidisciplinar em saúde que responde pela assistência à interrupção legal da gravidez. Ao descrever as apreensões sobre a violência sexual, ele destaca a articulação de uma gramática emocional como organizadora da relação dos profissionais de saúde e as famílias afetadas tanto pela situação da gravidez não planejada quanto pela legitimidade da interrupção. Além disso, o texto evidencia a relevância do cruzamento entre marcadores de diferença como idade/fase de vida, classe e gênero para pensar as experiências afetivo-sexuais de pessoas com deficiência intelectual.

É importante destacar o comprometimento do autor em apresentar a complexidade dos casos, assim como a ambivalência dos encaminhamentos em termos do reconhecimento das mulheres com deficiência intelectual como titulares de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, o entrecruzamento entre a prática médica e a prática jurídica, na qual esse idioma moral que articula dor, sofrimento e vitimização opera garantindo um direito reprodutivo, descortina uma série de outras discussões relativas à interrupção legal da gravidez como a objeção de consciência dos profissionais, a violência de gênero que perpassa a assistência de saúde e principalmente, a gestão dos corpos em situação de abortamento.

Em suma, tanto o artigo de Aydos como o de Simões deixam claro que as normativas jurídicas não podem prescindir de uma lógica identitária, em que a deficiência emerge desde sempre adjetivada por categorias tais como “incapacidade” e “vulnerável”, como aponta Simões. Além disso, esses dois artigos também problematizam, cada um a seu modo, uma ambiguidade fundamental na inclusão da deficiência no âmbito político e normativo – afirmar juridicamente uma identidade adjetivada pela deficiência implica negar a possibilidade de ampliação de horizontes existenciais para além da normativa jurídica. O que está em jogo em cada caso pode variar, mas os processos de exclusão persistem – no caso dos autistas, a possibilidade de inserção plena no mundo laboral e nas redes de sociabilidade ali engendradas; no caso das deficientes intelectuais, a possibilidade de uma gestão mais independente de sua vida sexual e reprodutiva.

Para além da normalização

O artigo de Gediel, Miranda e Mourão—nos “A inclusão e suas práticas: aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos” - apresenta as disputas na construção de material didático para inclusão de uma

pessoa Surda no ensino superior. O artigo está em diálogo com o conjunto de políticas públicas que versam sobre a deficiência e, especialmente, sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto nacional. Os autores assumem uma posição ao longo do artigo: as políticas públicas elaboradas e implantadas nas últimas décadas são importantes para a inclusão das pessoas com deficiência, inclusive nos meios universitários. Porém, também demonstram como as disputas que ocorrem na execução dessas políticas: as melhores formas de “apresentar” o material didático transcenderam o legal (ou o prescrito) e necessitam de arranjos locais para que seja efetivo.

Ao longo do artigo, os autores vão demonstrando como a complexa trama na construção da inclusão dos surdos no meio universitário é entrecruzada por discursos de várias ordens: desde as advindas das normativas até aquelas concretizadas pelos “estudos surdos”. Os autores fazem uso do linguajar desse campo do conhecimento para argumentar em função da diferença “linguística e cultural” dos Surdos e a necessidade de o material didático traduzir essa particularidade.

O artigo de Gediel, Miranda e Mourão traz uma marca importante do campo de estudos sobre deficiência: a interdisciplinaridade. Por um lado, o artigo apresenta um conjunto de reflexões que estão ancoradas em campos distintos do antropológico, como a linguística e a educação. Por outro, a problemática central do artigo – a produção de material didático para surdos em uma universidade – leva os leitores a refletirem sobre a forma como as respostas públicas para deficiência necessitam de diferentes olhares. Além disso, insere na narrativa termos comumente utilizados pelos movimentos sociais como, por exemplo, cultura Surda.

O texto “A ‘janela da expressão’: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira” também dialoga com a complexidade das práticas de inclusão colocada em curso pelas políticas públicas. Através de vivências de reabilitação de pessoas cegas, discute os efeitos excludentes de um aprendizado focado na comunicação verbal e na funcionalidade dos gestos. A pista perseguida por Olívia von der Weid vem da percepção sobre a expressividade corporal na sua interação com pessoas cegas. Nos olhos parados de Dora [interlocutora], ela vê refletida a linguagem do seu próprio corpo e a importância dos gestos para expressar o que sente. Ao articular a fala, ela sente a responsabilidade e ao mesmo tempo a impossibilidade da linguagem verbal condensar tudo o que pode ser comunicado.

Através dessa interlocução privilegiada, a autora explora o modo como códigos visuais organizam a interação entre as pessoas, de tal modo que mesmo o exercício

da oralidade (que aparentemente não seria uma desvantagem) se apresenta como um recurso limitado para o cego. A interrupção na comunicação disparada pelo silêncio, a impossibilidade de modulação da fala a partir da reação do outro e a ocorrência de conversas paralelas demonstram que a comunicação sempre excede a troca verbal. Frente a isso, a autora apresenta estratégias corporais desenvolvidas pelos cegos para potencializar a comunicação com os não cegos, como por exemplo, a tentativa de fixar o olhar para o rosto do interlocutor a partir da localização corporal.

O artigo aprofunda uma crítica ao capacitismo que orienta o modo como as pessoas com cegueira são reabilitadas e ao caráter profundamente visuocêntrico dessa oferta de acesso à participação social. Segundo a autora, a problematização da relação entre cegueira e visão desenvolvida nos programas “para a vida independente”, aponta para a necessidade de uma reinvenção das possibilidades de interação entre cegos e não cegos. Nesse sentido, de modo similar ao observado por Gediel, Miranda e Mourão, o que se apresenta como desafio é deslocar a referência das formas de “compensação” (que supõe que a tradução para LIBRAS no caso das pessoas surdas é suficiente) na direção de iniciativas que ampliem as possibilidades de interação entre cegos e não cegos, reabilitando também os corpos das pessoas não cegas para o aprendizado de códigos não visuais. Nessa direção, uma aposta seria o investimento em programas de desenvolvimento da linguagem corporal, do potencial expressivo dos movimentos, bem como atividades que promovam a expansão da consciência corporal, como a prática artística por exemplo.

De forma geral, esses dois últimos artigos colocam em evidência, cada um a seu jeito, os modos como as normatividades hegemônicas estruturam, ainda que de maneira implícita, as práticas de habilitação/reabilitação e as políticas de inclusão no campo da deficiência. No primeiro caso, se debruça sobre a elaboração de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos, e no segundo, explicita a ênfase na comunicação centrada na linguagem verbal na educação de cegos. Em ambos os casos, nota-se que a reflexão de cunho antropológico acerca desses temas caminha no sentido de desafiar uma compreensão das práticas de educação e inclusão como meros processos de tradução entre dois universos estanques e monolíticos – o da deficiência e o da normalidade – acenando com a possibilidade de expandir e aprofundar o sentido da inclusão para além de normativas capacitistas e padronizadoras.

* * *

Os debates apresentados no dossiê descortinam as mais recentes produções sobre deficiência na antropologia brasileira. Os artigos estão em diálogo com as problemáticas internacionais que compõem o campo e que estão dando respostas particulares para questões clássicas da antropologia. As discussões sobre deficiência apresentam possibilidade de “fazer pensar” o campo e suas produções.

Da mesma forma, os artigos trazem contribuições sobre as especificidades da antropologia na reflexão sobre políticas públicas. Fazendo emergir vozes, produzindo respostas locais e ampliando o espectro das potencialidades dos sujeitos imersos em um meio social, os autores demonstram como é possível que a antropologia produza respostas – teóricas, políticas e epistemológicas – para a ampliação de direitos e para a melhoria das ações públicas.

Clarice Rios acabou de encerrar um período atuando como professora substituta no Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo lecionado disciplinas na área de saúde pública e saúde coletiva para alunos da graduação em psicologia. Tem doutorado em Antropologia Sociocultural, com especialização em antropologia psicológica e antropologia médica, pela University of California, Los Angeles; e mestrado em Ciências Sociais pela University of Chicago. Sua pesquisa atual explora a biopolítica dos tratamentos para autismo no contexto do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS). Ela também se interessa pela questão do conhecimento tácito e corporificado no contexto da expertise leiga acerca do autismo. ORCID: 0000-0002-4246-962X. Email: clarice.r@gmail.com

Éverton Luís Pereira é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Departamento de Saúde Coletiva (DSC), do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente pesquisa políticas públicas para pessoas com deficiência. ORCID: 0000-0002-7771-1594. E-mail: everton.epereira@gmail.com

Nádia Meinerz é graduada em Ciências Sociais (UFMS), mestre e doutora em Antropologia Social (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisadora do Mandacaru - Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Humanos. ORCID: 0000-0002-4549-2016. E-mail: nadiameinerz@gmail.com

Referências bibliográficas

- ABA, Caderno de Resumos. 2014. *Diálogos Antropológicos: Expandindo Fronteiras*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal.
- BARNES, Colin; OLIVER, Michel. 1993. *Disability: a sociological phenomenon ignored by sociologists*. In: _____. *The disability reader: social science perspectives*, Stockport, United Kingdom: Continuum, pp.65-78.
- BRASIL. 2015. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. 2009. Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- CORREA, Luiz Gustavo. 2008. *A pupila dos cegos é seu corpo inteiro? Compreendendo as sensibilidades de indivíduos cegos através das suas tessituras narrativas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul8.
- COSTA ANDRADA, Bárbara. 2017. *Sentidos e desafios do autismo para o território: um estudo etnográfico*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DIAS, Adriana. 2013. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social*. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, SEDPCD/Diversitas/USP Legal, São Paulo.
- DINIZ, Débora. 2007. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense.
- DINIZ, Débora. 2003. *Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez*. Cadernos de Saúde Pública, v.19, n.1, pp.175-181.
- GEDIEL, Ana Luiza. 2010. *Falar com as mãos e ouvir com os olhos? A corporificação dos sinais e os significados dos corpos dos Surdos de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna. 2013. *Disability Worlds*. *The Annual Review of Anthropology*, v. 42, pp. 4.1-4.16.
- MELLO, A.; NUERNBERG, A. 2012. *Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas*. *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, p. 635-655.
- MEINERZ, Nádia. 2010. *Corpo e outras (de)limitações sexuais*. Uma análise antropológica da revista *Sexuality and Disability* entre os anos de 1996 e 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72.

- NUNES, Fernanda. 2014. *Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Everton Luís. 2013. *Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- REID-CUNNINGHAM, Allison Ruby. 2009. *Anthropological theories of disability*. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, n. 19, pp. 99-111.
- RIOS, Clarice; COSTA ANDRADA, Bárbara. 2015. *The changing face of autism in Brazil*. *Culture, Medicine and Psychiatry*, v. 39, issue 2, pp.213-234.
- SILVA, César Augusto de Assis. 2010. *Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo
- SILVA, C. A. 2012. *Cultura Surda*. Agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome.
- VALTELLINA, Enrico. 2018. A. S.: *Classification, Interpellation*. In: _____. *Autism in translation: an intercultural conversation on autism spectrum conditions*. Switzerland: Palgrave Macmillan. pp. 207-229.

Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil

Resumo: Mesmo recentes, as reflexões sobre “deficiência” vêm assumindo contornos específicos e demonstrando vitalidade na antropologia brasileira. Diferentes matrizes teóricas são utilizadas pelos autores brasileiros para discutir a temática e estabelecer relações com campos consolidados, como gênero e sexualidade, saúde, políticas públicas. O presente dossiê é apresentado através da articulação entre três eixos de reflexão: deficiência como categoria relacional; deficiência como categoria diagnóstica e jurídica; e a contribuição da antropologia para a superação do paradigma clássico da normalização.

Palavras-chave: Deficiência; Etnografia; Antropologia

Anthropological perspectives on disability in Brazil

Abstract: Ethnographic research on disability has recently gained visibility in Brazilian anthropology, developing its own specific traits and demonstrating great effervescence. Brazilian authors use different theoretical perspectives to discuss this theme, and establish connections with other consolidated areas of study such as gender and sexuality, health and public policies. This special issue is presented through the articulation of three critical axes: disability as a relational category; disability as diagnostic and judicial category; and anthropological contribution to overcoming the classic normalization paradigm.

Key words: Disability; Ethnography; Anthropology